

ANC X

-4 OUT 1985

Ass Const

Pimenta já admite substitutivo ao projeto do governo

Tadashi Nakagomi

Sarney cria comissão secreta para achar verbas liberadas

GILBERTO DIMENSTEIN

Secretário de Redação da Sucursal de Brasília

Depois de receber de governadores e parlamentares várias reclamações de que as verbas liberadas pelo Palácio do Planalto para obras perdiam-se na burocracia, o presidente José Sarney, 55, criou, sigilosamente, na semana passada, uma comissão coordenada pelo Gabinete Civil para investigar o trajeto dos recursos públicos. O Presidente ficou particularmente irritado ao saber que verbas destinadas para o Nordeste, atingido pela enchente em maio, não haviam chegado aos Estados.

"Isso tem de acabar", desabafou o Presidente durante audiência com o chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castello Branco. Na audiência, citou-se, por exemplo, o caso das penitenciárias: recursos foram liberados, mas as obras ainda estão no papel. A partir daí, determinou o surgimento da comissão que terá a participação do Ministério do Planejamento.

Essa comissão ficará incumbida de

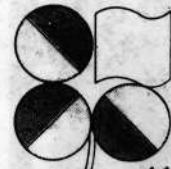
produzir um relatório detalhado sobre os motivos dos eventuais atrasos no andamento dos recursos públicos. E, mais que isso, deverá apontar os órgãos e pessoas responsáveis. O trabalho deverá ficar pronto até o final do próximo mês.

De posse desse documento, Sarney pretende aplicar medidas "duras", segundo informou a um assessor. Medidas "duras", explicou o Presidente, significam demitir funcionários e mesmo abolir determinados órgãos públicos que, eventualmente, emperrem a máquina administrativa.

Desde que assumiu a Presidência, Sarney instruiu o ministro da Administração, Alufzio Alves, para promover uma reforma administrativa no País, em busca de eficiência da máquina burocrática. Ele notou, nesses primeiros meses de mandato, que suas decisões não vêm sendo obedecidas como gostaria. "Estamos precisando de um jato para enfrentar a crise", desabafou Sarney a um ministro, "e, às vezes, tenho a impressão de estar numa charrete".

Fernando Santos — 28.Fev.83

Da Sucursal de Brasília



Constituinte

O líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (MG), 39, passou a admitir ontem a elaboração de um substitutivo ao projeto do governo de convocação da Constituinte que considere, primeiramente, a mensa-

gem presidencial, e deixe para votação por destaque (em separado) todos os itens polêmicos.

Pimenta disse que isso foi combinado, ontem, com o relator da matéria na comissão mista do Congresso, deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), 45, com quem almoçou. Anunciou também o propósito de votar a emenda em plenário entre os dias 21 e 25 próximos. Disse também que há muita disposição para a idéia de criação de uma grande comissão legislativa encarregada de realizar os trabalhos parlamentares ordinários durante o período de funcionamento da Constituinte. A proposta constará do parecer do relator.

Segundo Pimenta, Bierrembach "insiste" na inclusão da figura do delegado constituinte, com mandato limitado à elaboração do novo Texto Constitucional. Não seria um candidato avulso, mas escolhido através dos partidos. Pimenta da Veiga acha difícil que a proposta seja aprovada em plenário mas concorda com sua inclusão no parecer. Ele manifestou o mesmo ponto de vista em relação à idéia de um referendun popular, após a promulgação da Carta, para que o povo concorde ou não em



Pimenta da Veiga (ao centro) considera possível um substitutivo ao projeto que convoca a Constituinte

manter os mandatos parlamentares dos constituintes: "Trata-se de uma idéia que não vem tendo aceitação mas, de minha parte, admito tudo, desde que seja submetido à consideração do plenário".

O líder do PMDB disse ainda que há dificuldade na apreciação da subemenda do deputado Jorge Uequed (PMDB-RS) que reintegra aos quadros das Forças Armadas os militares cassados e a seus antigos empregos os civis anistiados pelo presidente Figueiredo em 1979. Ele desconhece qualquer iniciativa do

Executivo para elaboração de um projeto de lei sobre o assunto como alternativa aos congressistas. Para Pimenta da Veiga, a matéria deve ser mais examinada, pois —segundo disse— sua aprovação poderia acarretar, como desdobramento, anistia para os militares envolvidos no episódio do Riocentro. "E quem é que quer anistia para o Riocentro?", indagou.

"Essa anistia tem que ser muito bem estudada porque ninguém quer beneficiar quem cometeu crimes não-políticos. Já houve casos de

peculatórios beneficiados pela anistia", disse.

A idéia de uma Assembléia Constituinte exclusiva não agrada o parlamentar: "É um purismo que dificilmente teria acolhida na sociedade brasileira".

Em relação à separação das datas de eleições dos constituintes da de governadores de Estado, Pimenta disse que quem decidirá isso é o plenário. "A fase de imposições passou", afirmou.

Jânio e Cardoso não vão ao debate sobre nova Carta

Da Reportagem Local

Seis candidatos à Prefeitura de São Paulo compareceram anteontem ao debate promovido pelo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, realizado às 20h na Sala dos Estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (Centro), perante uma platéia de cerca de quatrocentas pessoas. O Plenário congrega em São Paulo mais de 130 entidades da sociedade civil.

Segundo o sociólogo José Álvaro Moisés, 40, membro da coordenação do Plenário, foram convidados ao debate os seis candidatos que obtiveram os maiores índices de intenções de voto em pesquisas publicadas pela imprensa há um mês. Compareceram Eduardo Matarazzo Suplicy (PT), Adhemar de Barros Filho (PDT), Rogê Ferreira (PSB) e Pedro Geraldo Costa (PPB). Fernando

Henrique Cardoso (PMDB) não respondeu à convocação, e Jânio Quadros (PTB-PFL) enviou carta justificando sua ausência. Os candidatos Antonio Carlos Fernandes (PMC) e Armando Corrêa (PMB) compareceram e foram aceitos à mesa.

Cada candidato teve dez minutos para expor seus pontos de vista sobre quatro questões elaboradas pelo Plenário. A principal delas dizia respeito ao posicionamento de cada um diante do projeto de emenda do governo federal, que dá poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em novembro de 1986.

Adhemar de Barros Filho posicionou-se contra a emenda governamental, "pois a Assembléia Nacional Constituinte deve ser a expressão da Nação e não do poder legislativo limitado conferido ao Congresso". Pedro Geraldo Costa apoiou a emen-

da do governo, "porque o povo votará em 86 já avisado de que estará elegendo um Congresso Constituinte".

Eduardo Suplicy afirmou que o PT defende uma Assembléia Constituinte livre e soberana e condenou a designação pelo Planalto de uma "Comissão Constituinte de 51 notáveis, que legislará em causa própria". Rogê Ferreira afirmou que o governo, por não ter sido eleito pelo povo, não pode outorgar poderes constituintes ao Congresso, "que só institucionalizaria as bandalheiras cometidas nos últimos 21 anos". Ao final do debate, apenas Suplicy concordou em assinar uma carta que será enviada pelo Plenário ao presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, pedindo entre outras coisas a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte eleita como tal em março de 1986.

ANC 88
Pasta 10/85-1
041/1985